

# Celso Furtado, pensador do Brasil



Este artigo é dedicado, *in memoriam*, a Fernando Patriota, um furtadiano brilhante, um sertanejo apaixonado pelo Brasil.

Muitos liberais desejariam que a morte de Celso Furtado encerrasse definitivamente o ciclo intelectual que foi iniciado com a sua obra. Celso Furtado compõe um pequeno grupo de intelectuais que fundaram o pensamento brasileiro, cujas elaborações constituíram indiscutivelmente as bases para pensarmos o Brasil contemporâneo e as determinações históricas que presidiram seu desenvolvimento desde o período colonial. A profundidade da obra de Celso Furtado e a sua perenidade residem especialmente neste ponto: a economia brasileira e suas estruturas são historicamente determinadas.

**A**o lado de pensadores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Milton Santos, Celso Furtado é a maior referência do pensamento econômico brasileiro e é, de longe, o nosso intelectual mais conhecido. Ousou pensar a economia brasileira fora dos cânones neoclássicos – cujo modelo em aplicação relevava e releva os aspectos históricos – para criar uma obra original. Por isso mesmo, fundou uma escola econômica, o estruturalismo, na qual se filiam, a partir de vieses distintos, mas não antagônicos, os mais destacados economistas brasileiros de hoje, a exemplo de Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, José Luiz Fiori, Wilson Cano, Luiz Gonzaga Beluzzo, entre outros.

Por isso, o ciclo que Furtado iniciou não se encerra com a sua morte: ele terá continuidade pelas mãos e cabeças das gerações que o seu pensamento ajudou a formar, entrincheiradas na crítica do subdesenvolvimento e na insistência de superá-lo pela via do fortalecimento dos mercados internos nacionais, na ocupação plena da força de trabalho e do capital e na distribuição de renda – elementos colocados em desuso pela *revolução* neoliberal dos anos 90 –, idéias-força que moveram a modernização social brasileira e a verdadeira revolução burguesa a que assistimos entre os anos 1950 e 1970 no Brasil, país que, enfim, deixou de ser um país agroexportador para figurar entre as dez maiores economias do mundo.

Diríamos, por fim, que a origem e o desenvolvimento da obra de Celso Furtado são fruto dos esforços dessas gerações que viveram esse período profundamente original na história e no pensamento intelectual brasileiros. Isso tudo para além da qualificação do caráter que o desenvolvimento econômico e social brasileiros assumiram, denominado por Celso Furtado *nO mito do desenvolvimento econômico* (1974) de “antípovo”.

É claro que a morte de Celso



Furtado não produzirá o consenso em torno de suas idéias, muito menos em torno das suas concepções acerca do subdesenvolvimento e das formas de sua superação. Essas questões vão além do puro embate acadêmico: elas se situam no campo da política, portanto, das lutas entre as forças que desejam superar e as que desejam manter a posição do país no mercado mundial capitalista. É nesse sentido que Keynesianos e boa parte dos marxistas – que durante as três décadas seguintes do pós-guerra “duelaram” um embate intelectual de grande envergadura e no seu esteio produziram as grandes obras que ainda resistem ao tempo –, atuam hoje numa espécie de *frente única* internacional antineoliberal. Os liberais, que se tornaram hegemônicos com e após a crise instaurada no

capitalismo desde o início dos anos 70, pela “benevolência” militante da mídia global e pelas pressões subterrâneas – às vezes escancarada – dos organismos financeiros internacionais, que promovem o “consenso” *por cima*, consenso que se anuncia num jargão cuja expressão diz muito da forma imperial do seu domínio: *pensamento único*.

Celso Furtado era uma espécie de líder brasileiro informal dos que combatiam do outro lado da trincheira e a influência duradoura das suas idéias funcionava como “água no chope” do consenso neoliberal. Até a sua morte não transigiu nem passou a lutar do outro lado da trincheira, como muitos dos que aderiram ao *pensamento único*. Esse troféu os arautos do neoliberalismo não puderam mostrar aos brasileiros.

## “Os ares do mundo” no pós Segunda Guerra

Com as crises da primeira metade do século XX que quase produziram o colapso do capitalismo, ficou explícito o caráter irracional do sistema, assim como a necessidade de introduzir um mínimo de regulação, de racionalidade que pudessem impedir ou diminuir o profundo impacto das crises capitalistas. Como pensava Furtado: “A guerra demonstrara claramente que uma adequada regulação do sistema econômico podia assegurar o pleno emprego, aspiração maior de povos que haviam sido vitimados por uma depressão sem precedentes (...). Como ignorar que as economias de mercado eram intrinsecamente instáveis e que a instabilidade tendia a agravar-se” (FURTADO, 1985:16). Esse foi o desafio de uma geração inteira de economistas nesse quartel de século. Era o tempo em que, marginalizados, estavam os liberais, apontando as suas armas para a *servidão* da intervenção estatal e do planejamento econômico. No caso dos países periféricos ou subdesenvolvidos, o desafio era outro: como superar o seu atraso econômico e industrializar o país, rompendo com o arcaísmo que produzia e reproduzia insistentemente nossa mais duradoura herança colonial: o latifúndio agro-exportador. A estratégia de superação se desdobrava numa dupla preocupação: o crescimento econômico e a prioridade do mercado interno sobre o mercado externo.

O pensamento de Celso Furtado é filho dessa época. É época em que os economistas se preocupavam com crescimento econômico e pleno emprego, objetivos que a regulação econômica e, portanto, o Estado, tinham um papel determinante na sua conquista. Mais ainda: Celso Furtado é o ícone intelectual de uma verdadeira revolução que aconteceu no Brasil entre 1930 e 1980, lenta e gradual como foram todas as grandes mudanças no Brasil desde o Impé-

rio, mas perceptível não só nos dados econômicos e sociais dos nossos censos, mas nas paisagens urbanas das nossas grandes e médias cidades. De um país essencialmente agrário, o Brasil se tornou, num prazo relativamente curto, considerando ser ele um país da periferia capitalista, uma economia cujo PIB figura, hoje, entre os quinze maiores do mundo, já tendo sido a oitava economia.

Foi na década de 1950 o momento de inflexão dessa história, que começou nos anos 30 quando Vargas resolveu dar a guinada rumo ao desenvolvimento industrial. Foi no início dos anos 50 que começou a aparecer o brilho do paraibano, de formação jurídica e um autodidata em economia até fins dos anos 40. Tendo participado da II Guerra, Furtado retornou à Europa em 1946 para fazer doutorado em Economia. Estabeleceu-se em Paris interessado nos destinos de um mundo que havia deslocado nitidamente o seu eixo geopolítico, especialmente nos problemas da reconstrução e do planejamento econômico. Em 1948, ao retornar ao Brasil, inicia sua carreira como servidor público na Fundação Getúlio Vargas e passou a dirigir uma de suas publicações, *Conjuntura Econômica*. É lá que tem a oportunidade de se ver indicado, como economista representante do

Brasil, aos quadros da recém-criada CEPAL, e se instala em Santiago, no Chile, sede da organização. Esse é, certamente, um acontecimento de importância decisiva e que determinará uma profunda influência na vida e na obra de Celso Furtado. Em Santiago, Furtado teve a oportunidade de participar de intensas discussões sobre economia e, mais importante, desenvolver uma visão que, em geral, falta aos brasileiros, especialmente aos economistas, sobre a América Latina como um todo. Naqueles dias, entremeados por leituras, coleta de dados, discussões e redação de documentos, além do *ski* e do bom vinho chileno nos fins-de-semana, Furtado, tendo em mãos os dados que permitiam comparar as economias latino-americanas, surpreendeu-se com o grande atraso brasileiro mesmo em relação a países como México e Argentina. Quais as razões daquele atraso? “Essa pergunta instalou-se dentro de mim como uma obsessão e por muitos anos pesaria em minhas reflexões” (FURTADO, 1985:57). Olhando para a América Latina, Celso Furtado começava a descobrir o Brasil. Olhando para o Brasil, Celso Furtado começava a descobrir o subdesenvolvimento.

E o faria com um olhar carregado de interesse histórico, buscando apreender as razões profundas que, ao mesmo tempo, tornavam tão particular e tão universal o nosso atraso econômico: “Nenhuma fatalidade respondia pelo atraso do nosso país. Devíamos procurar suas causas na História” (Ibid., 70-71). Apesar de não ter tido ainda contato com as contribuições teóricas da *Escola dos Annales*, essa era uma nítida influência francesa sobre o pensamento em formação de Celso Furtado, quando a História se aproximava com tanta intensidade da economia, e vice-versa. E pode explicar a profundidade e a perenidade das idéias de Celso Furtado. Como poucos econo-

“

**No caso dos países periféricos ou subdesenvolvidos, o desafio era outro: como superar o seu atraso econômico e industrializar o país...**

”

mistas, soube raciocinar como historiador. Como poucos historiadores, soube racionar como economista. Como poucos intelectuais soube compreender o Brasil não como um objeto de estudo acadêmico, mas como uma realidade a ser transformada.

Por oito anos Celso Furtado permaneceu em Santiago. Na CEPAL, trabalhou ao lado de muitos economistas, mas um deles marcaria profundamente a sua obra: Raúl Prebisch. Foi atuando, e combatendo, ao lado do economista argentino por idéias profundamente impactantes que se gestaram durante aqueles anos - e que mobilizariam uma geração inteira de intelectuais latino-americanos -, que Celso Furtado viu transformar-se Prebisch, cuja notoriedade era restrita aos economistas, especialmente os interessados nos problemas práticos da administração das instituições do novo capitalismo, em uma das principais referências, desde então, no debate sobre desenvolvimento. Prebisch fora o economista que coordenara a experiência vitoriosa de criação do Banco Central argentino em fins dos anos 30. Foi para CEPAL como consultor para trabalhar em um estudo sobre a economia latino-americana e acabara por tornar-se o seu Secretário Executivo, em 1950.

No trabalho que se tornou um clássico do debate sobre desenvolvimento, apresentado na Conferência de Montevideú, intitulado *Estudio Económico de America Latina*, Prebisch começou a dar alma à CEPAL, exatamente aquilo que nenhuma outra instituição da ONU conseguiu ter<sup>1</sup>, associado ao um pensamento que se fez escola: o sistema centro-periferia. Prebisch distanciou-se radicalmente das concepções sobre desenvolvimento hegemônicas entre os economistas latino-americanos, que, em geral, repetiam as velhas fórmulas liberais aprendidas nas universidades anglo-sa-

“  
**Durante a década de 1950, Celso Furtado escreveu uma série de artigos que, reunidos, viriam a se tornar um dos seus livros mais importantes...**”

xãs antes da guerra, e que contribuía para perpetuar as velhas estruturas agroexportadoras. Incapazes de irem além do velho esquema das vantagens comparativas, a teoria secular elaborada no século XIX pelo economista inglês David Ricardo – um sistema de trocas internacionais em que todos (países industrializados e países de economia agrícola) tinham a ganhar mantendo suas posições no mercado mundial, ambos os grupos de países manteriam suas posições comprando e fornecendo produtos industrializados e agrícolas, os economistas brasileiros, tendo Eugênio Gudín à frente, apenas cuidavam de aplicar o receituário de uma concepção que é moldada por uma espécie de dois determinismos que perpetuavam o nosso atraso: o geográfico e o econômico. O exemplo histórico da armadilha ricardiana foram os acordos comerciais, ainda no século XVII, assinados por Portugal e Inglaterra, quando os portugueses passaram a fornecer com exclusividade vinhos, azeite e outros produtos para os ingleses e estes venderiam produtos manufaturados. O resultado disso foi um profundo atraso econômico de Portugal, não só frente à Inglaterra, mas ao restante do continente, situação que o Marquês de

Pombal procurou em vão superar.

Ao contrário, longe dessas relações que estabelecem vantagens comparativas e resultavam em um equilíbrio internacional, Prebisch localizou essas relações dentro de uma divisão internacional do trabalho, ou seja, nos quadros de uma hierarquia determinada pelos países desenvolvidos. Estes ocupam o *centro* do sistema e subordinam os países agroexportadores, a *periferia*, que fica condenada a produzir sempre mais alimentos e matérias-primas - o que rebaixava permanentemente os preços destes produtos devido a uma demanda que não se propaga no mesmo ritmo da produção -, para adquirir produtos industrializados, cujos preços são mantidos devido ao progresso técnico e ao aumento incessante da produtividade. O resultado é a *deterioração dos termos de troca*, em benefício dos países industrializados.

Na periferia, a renda monetária se concentra nas mãos de uma minoria de grandes proprietários de terra especializados na produção de produtos primários e estreitamente vinculados ao setor externo, que se aproveitavam de uma larga oferta de força de trabalho para manterem muito baixos os salários. Como não havia produção industrial ou de bens de luxo no mercado interno, esses proprietários buscavam no mercado externo a satisfação dessas *necessidades*, transferindo boa parte da renda produzida no mercado interno para o mercado externo, ou seja, para os países desenvolvidos. Dessa maneira, a renda se concentra e flui para o mercado externo, empobrecendo a economia nacional e, ao mesmo tempo, impedindo a diversificação produtiva (já que não havia poupança – ou acumulação – suficiente) e, como consequência, a ampliação do mercado interno (já que o nível de assalariamento e a renda do trabalho se mantinham baixos). Essas relações



<sup>1</sup> A não ser recentemente (1987), com a CMMAD e o documento *Nosso Futuro Comum*, que demarcou um campo nos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente, estruturando, desde então, um campo teórico, político e ideológico: o do desenvolvimento sustentável. Mas tudo isso sob os auspícios dos países desenvolvidos, o que torna o feito algo bastante diferente do que fez a CEPAL nos anos 50 e 60, elaborando idéias que propunham uma estratégia em clara oposição a dos países desenvolvidos.

eram amplamente favoráveis às economias centrais e impulsionavam o seu desenvolvimento técnico, o que resultava em aumento da produtividade, e ampliava cada vez mais o fosso entre o centro e a periferia.

A saída seria quebrar esse círculo

vicioso e fortalecer os mercados internos da periferia através da industrialização. Este desafio foi o desafio de uma geração inteira de pensadores sociais num debate que surgiu entre economistas e estendeu-se para todas as áreas das ciências humanas e sociais. Uma observa-

ção mais apurada sobre as principais obras do período 1950-1970 no Brasil notará a forte influência do desafio de pensar o Brasil nos quadros impostos pelo desafio intelectual de entender as possibilidades e limitações do desenvolvimento brasileiro.

## Desenvolvimento e subdesenvolvimento

Para entender o fenômeno do subdesenvolvimento, Celso Furtado escreveu um conjunto de trabalhos, cuja consecução prática foi a elaboração de uma teoria do desenvolvimento integrada e coerente, e seu desdobramento revela uma instigante evolução quanto às possibilidades e os limites de sua realização nos países subdesenvolvidos. As mais importantes são *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974)<sup>2</sup>. Estas três obras compõem um quadro analítico que situa historicamente o desenvolvimento econômico e conduz a reflexões sobre a sua natureza eminentemente social, ou seja, procura enxergar o desenvolvimento econômico tanto em função das relações sociais quanto dos seus objetivos de modernização das sociedades nacionais. No entanto, comparativamente, elas representam uma evolução e, ao mesmo tempo, espe-

cialmente *O mito do desenvolvimento econômico*, uma inflexão crítica sobre a natureza do desenvolvimento econômico. Nos anos 70, Celso Furtado vai mais fundo na análise do desenvolvimento e procura entendê-lo não só historicamente, mas dentro dos quadros sociais que determinam o seu caráter.

Durante a década de 1950, Celso Furtado escreveu uma série de artigos que, reunidos, viriam a se tornar um dos seus livros mais importantes: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961). Escrito durante os anos 50<sup>3</sup>, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* se configura como um clássico da teoria do desenvolvimento. Nessa obra, Furtado expõe já no seu primeiro capítulo os fundamentos teóricos de sua obra intelectual, um esquema aberto a várias tendências, a começar pelos considerados clássicos da ciência econômica (a economia clássica, o marxismo e o keynesianismo), que ele incorpora, mas sem filiar-se for-

malmente a nenhum deles, apesar da decisiva influência keynesiana. Como ele próprio comenta na introdução:

“Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes do pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a Economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a eclosão keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas no processo de reforma social.” (FURTADO, 1961:12-13).

Vejamos que com o peso dado às influências é possível estabelecer uma hierarquia no que diz respeito às influências no trabalho de Celso Furtado. A começar pela mais importante, nesse

**2** - Já em 1974, Celso Furtado se anteciparia aos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente, que explodiriam, principalmente, nos anos 80 e 90. No início dos anos 1970, essa questão dava seus primeiros passos e, excluindo alguns economistas como Ignacy Sachs e Georgescu-Roegen, foram poucos os que deram importância àquele debate que, décadas mais tarde, ganhariam ares de centralidade e estaria presente nas agendas dos Estados e organismos internacionais. Já em 1974, Celso Furtado faz referência ao estudo publicado pelo Clube de Roma pela irritação causada entre os economistas que até então acreditavam em um progresso linear, sem se darem conta dos impactos causados ao meio ambiente físico e social (poluição do ar, criminalidade, deterioração dos serviços públicos). Furtado não deixa de reconhecer a importância do relatório para levantar uma questão até então desprezada pelos economistas do desenvolvimento, chamando a atenção para um aspecto central nos debates atuais sobre desenvolvimento sustentável relegado por muitos estudiosos: “Pela primeira vez dispomos de um conjunto de dados representativos de aspectos fundamentais da estrutura e de algumas tendências gerais daquilo que *se começa* a chamar de *sistema econômico planetário*” (Furtado, 1974:17). Segundo o economista brasileiro, entre os problemas mais dramáticos, por exemplo, da economia dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos - que não se encontram no relatório do Clube de Roma, - está a crescente dependência de recursos não renováveis (cobre, enxofre, petróleo). As preocupações com a universalização do modelo de desenvolvimento econômico trazidas a público pelo Clube de Roma se referem especialmente aos limites desses recursos. Daí a inviabilidade de sua universalização, devido ao seu provável esgotamento, o que significaria o colapso do padrão societário baseado no consumo e na produção de massas, cujo padrão de consumo limite seria o da sociedade americana. Os limites agora estabelecidos não são, portanto, econômicos, mas ecológicos. Tal discurso é utilizado pela primeira vez para justificar uma crítica à industrialização da periferia capitalista, sem observar, como chama a atenção Furtado (1974), que é exatamente a concentração da renda mundial nos países desenvolvidos que exerce a maior pressão sobre o consumo dos recursos não renováveis.

**3** - Nos anos 50, Celso Furtado esteve envolvido nos absorventes debates na primeira fase da criação da CEPAL, especialmente nos debates de preparação para as conferências da ONU sobre desenvolvimento. Posteriormente, entre 1953 e 1954, participou do Grupo Misto CEPAL-BNDE, cujos resultados ajudariam na elaboração do Plano de Metas - primeira experiência de planejamento estatal no Brasil. Em 1957, Celso Furtado vai estudar na Inglaterra, em Cambridge. De volta ao Brasil, em 1958, Celso Furtado assume uma das diretorias do BNDE, com trabalho exclusivamente voltado para o Nordeste, ao mesmo tempo em que participava do recém-criado GTDN. É no BNDE que Furtado recebe o convite de JK para coordenar os trabalhos de criação da SUDENE, questão que nos dedicaremos mais à frente.

caso a projeção keynesiana, cuja contribuição decisiva é ressaltar o papel do Estado na regulação econômica - elemento central da estratégia de desenvolvimento furtadiana. Quanto ao marxismo, que Celso Furtado ressalta apenas a sua postura crítica, no entanto, é importante dizer que sua influência permeia o pensamento da época, especialmente o de inspiração terceiro-mundista. Foram poucos os intelectuais que, nos anos 50, de uma maneira ou de outra não receberam a influência do marxismo, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da forte carga de historicidade das sociedades nacionais, o que justificava e abria caminho para a elaboração de propostas transformadoras. Estabelecem-se, na ordem das influências, relações excludentes, daí porque Celso Furtado relega a influência da economia política clássica a um mero rigor metodológico - veja-se que ele não diz suporte metodológico. Fica nítida, portanto, que são duas as principais influências teóricas em sua obra: o keynesianismo e, marginalmente, o marxismo.

Quanto à conceituação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, aquele seria caracterizado, ou determinado, pela capacidade das economias nacionais de produzir, acumular e aplicar novos conhecimentos técnico-ci-

entíficos, e este pela mera assimilação dessas técnicas de produção. É claro que já estamos na outra ponta do processo, que se é entremeada pela plena utilização da capacidade produtiva e da mão de obra, o que por sua vez é determinada pela acumulação de capital. Fazendo o caminho inverso: os países desenvolvidos o são porque conseguiram acumular capitais, que permitiram investir na ampliação e reprodução desses capitais, no emprego da força de trabalho, o que gerou mais mercado, e permitiu, por fim, manter esse ciclo pelo aprimoramento técnico, que não se dá, pelo menos desde fins do século XIX, sem investimentos em novos conhecimentos, portanto, em Ciência e Tecnologia. Já os subdesenvolvidos o são porque não conseguem acumular capitais na economia nacional suficientes que permitam investir na ampliação desses capitais, gerando “desperdício” de força de trabalho, ou seja, maiores excedentes de população sem emprego e, portanto, sem renda, limitando a expansão do mercado interno e não permitindo a continuação desse ciclo reprodutivo em um nível que possibilite o seu desenvolvimento. O resultado é que não é possível investir em novas tecnologias de produção e apenas importar as de segun-

da geração, mantendo sempre um fosso de produtividade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (FURTADO, 1961: 85-110).

Assim, o subdesenvolvimento resulta não de um mero atraso das estruturas econômicas e sociais de um país, mas expressa, antes de tudo, uma reprodução dessas estruturas arcaicas, não em oposição (desenvolvimento X subdesenvolvimento), mas em articulação com a própria expansão do centro mundial capitalista. A expansão cêntrica sobre os mercados nacionais dos países subdesenvolvidos não reproduz modernização e homogeneização, mas estruturas híbridas e heterogêneas. Muitas vezes, como analisou Francisco de Oliveira no caso da presença do grande capital inglês no sertão nordestino, se apropria e ajuda a reproduzir formas pré-capitalistas de relações sociais.

Com essa análise, Furtado tinha como horizonte dar conta das diferentes realidades nacionais. É necessário mais do que o conhecimento do arcabouço teórico que permite aos economistas, numa primeira aproximação, lidarem com problemas reais: era essencial o conhecimento da realidade histórica e entender os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento como, essencialmente, resultado de um processo histórico.

## Formação econômica do Brasil

**E**m 1956, Celso Furtado se afastou dos trabalhos na CEPAL em busca de novos ares intelectuais. Decide fazer um pós-doutorado em Cambridge. Dos estudos ali desenvolvidos, somados ao interesse pela economia colonial, começa a nascer sua obra mais conhecida e que tornaria Celso Furtado o pensador brasileiro mais lido fora do Brasil: *Formação econômica do Brasil*. O livro é resultado tanto de reflexões anteriores, publicadas em 1954 no livro *A economia brasileira*, cujos delineamentos tiveram por base o trabalho no grupo misto BNDE-CEPAL

(1953-1955), que são as bases para o Plano de Metas do Governo JK, bem como do amadurecimento das idéias que vão dando forma a uma original interpretação do Brasil, de sua economia e das especificidades históricas do subdesenvolvimento brasileiro. “O método era o mesmo que utilizara em momentos anteriores: aproximar a História (visão global) da análise econômica, extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História”. (Ibid.,205).

A primeira questão fundamental, segundo o próprio Celso Furtado, foi:

“como foi possível financiar a ocupação inicial das terras que viriam a formar o Brasil?” (Ibid.,205). É essa questão de que Furtado se ocupa em responder na primeira parte da obra, e seu esforço se dirige para o entendimento da montagem da empresa colonial agrícola originalmente centrada no açúcar. O que necessitava ser explicado para a instalação de um empreendimento vantajoso tinha a ver com a demanda por esse produto no mercado europeu, as qualificações técnicas para produzi-lo e a sua colocação nesse mercado. Nesse proces-

so, emerge um ator fundamental: a Holanda. Pois é ela quem, inicialmente, desempenhará um papel importante na superação dos problemas técnicos da produção e da comercialização do açúcar, bem como na participação no financiamento das instalações produtoras (os engenhos) e da importação da mão-de-obra escrava. “A partir da metade do século XVI a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos (...). Os flamengos recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa (...)” (FURTADO, 1974:10).

A Holanda viria a desempenhar papel relevante na história colonial brasileira em mais dois momentos: na guerra contra a Espanha de Felipe II, que resultou na conquista das capitanias produtoras de cana no Nordeste da colônia pela Holanda, e, depois de sua expulsão, na instalação de unidades produtoras nas Antilhas, o que implicará na perda do monopólio, a baixa nos preços do açúcar e o conseqüente início da decadência dos produtores de açúcar nordestinos.

Uma segunda questão levantada por Furtado – “qual a natureza dessa realidade social em formação?” – o conduziu para a discussão das particularidades da formação social brasileira e, especialmente, naquilo que a diferencia dos Estados Unidos, nas suas colônias do norte. No Brasil, a *organização social* formada a partir de uma base econômica que se estruturava na especialização da produção de açúcar e a grande centralização individual da propriedade, limitou bastante a capacidade de ampliação do mercado interno.

O resultado desses dois processos foi a gestação de uma economia de baixa produtividade e com grandes excedentes de mão-de-obra que, pela ampla utilização do trabalho escravo, foi se reproduzindo cada vez mais dentro dos níveis de subsistência. Esse dado tem significação teórica porque permite ex-

“

**A tendência à especialização econômica da região açucareira, baseada no plantio extensivo da cana, empurra a pecuária para o interior ...**

”

plicar a reprodução secular de uma estrutura que, mesmo em dificuldades desde o século XVIII, conseguiu resistir às crises do setor externo. No entanto, à custa da manutenção do atraso e uma grande resistência à modernização.

Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, também ofereceu a mais aceita hipótese historiográfica para as motivações da ocupação do interior nordestino e a sua incorporação ao domínio português. A tendência à especialização econômica da região açucareira, baseada no plantio extensivo da cana, empurra a pecuária para o interior, tornando inviável a convivência das duas atividades. A necessidade de animais, principalmente de tração, para esse espaço impulsionou a ocupação do sertão, criando uma estrutura social e econômica baseada na pecuária extensiva.

Segundo Furtado, isso aconteceu porque, com a expansão da economia açucareira, expandiu-se mais ainda a demanda por animais de tração, já que, com a devastação das florestas, a busca por lenha ia à distâncias cada vez maiores. Além disso, devido provavelmente à falta de espaço para o gado, diante da presença absorvente da cana que não admitia nenhuma companhia, a criação destes animais ficou inviável dentro dos engenhos. “Os conflitos provocados pela penetração do gado na faixa litorânea

devem ter sido grandes pois o próprio governo português proibiu, finalmente a criação de gado na faixa litorânea.” (FURTADO, 1974:57)

Por outro lado, a ocupação das terras interioranas terá um outro papel a cumprir. A concorrência externa a partir de meados do século XVII fez decair os preços do açúcar no mercado europeu. Esse fato, no entanto, não determinou uma ampliação dos investimentos para aumentar a produtividade devido a uma incapacidade da economia colonial de induzir o desenvolvimento, em razão do baixo nível de acumulação, que se realizava principalmente fora do Brasil. As crises promoveriam no longo prazo, em tese, a desagregação do conjunto sistema, mas não foi isso que aconteceu. Dois fatores exerceram decisiva influência na sobrevivência dessa estrutura em crise: a economia de subsistência e a abundância de terras do interior da colônia.

O século XVIII será marcado pela corrida ao ouro na região das minas gerais. O *ciclo do ouro* promoverá profundas mudanças na economia colonial, atraiendo um considerável contingente de imigrantes europeus, o desenvolvimento da urbanização e um conseqüente aumento da renda monetária, se constituindo com isso num pólo para onde passou a convergir, por exemplo, a produção de gado do sul e os excedentes de escravos da zona açucareira já em plena decadência. Esse fato será decisivo para a expansão cafeeira que se seguiria ao fim do ciclo do ouro, pois aproveitará os escravos utilizados na produção aurífera, deslocando-os para as zonas produtoras de café.

No século XIX caberá ao café o papel dinamizador da economia, agora já não mais colonial. Favorecidos pela disponibilidade de terras de boa qualidade, condições climáticas adequadas e uma participação crescente num mercado mundial em expansão, os produtores de café se verão, desde o princípio, diante de um grande dilema: a disponibilidade de força de trabalho para ser utilizada numa produção que, diferente do

açúcar, não exigia grandes investimentos, mas requeria grandes contingentes de escravos, já que, mais uma vez, a produção tinha um caráter extensivo, ou seja, quanto mais terra incorporada, mais escravos eram necessários.

O contexto internacional havia se modificado profundamente, e a Inglaterra, grande beneficiária do tráfico negrei-

ro, era agora seu maior oponente. Isso encarecia bastante os escravos, que escasseavam, tornando necessária a sua progressiva substituição, o que levou à importação de trabalhadores livres, principalmente europeus, que viriam a constituir a base do grande impulso do mercado interno nacional e primeiro passo para, de um lado, sustentar a grande

expansão da renda monetária, do aumento da riqueza nas mãos dos grandes proprietários de terra e grandes comerciantes, e de outro, para a urbanização e industrialização. Esse processo de constituição da economia brasileira se encerrará com o colapso da economia cafeeira, em 1929-1933, e o início do processo de industrialização varguista.



Terra Seca", 1964 - Óleo sobre tela: 80 x 125 cm. Exodo do Sertão, 1965 - Óleo sobre tela: 80 x 70 cm.  
Orlando Mattos - 1917/1992

## Celso Furtado e a questão regional

**O** Nordeste sempre foi uma das preocupações de Celso Furtado. Tendo vivido e convivido com os problemas da região durante vinte anos da sua vida, os primeiros dos quais na sua cidade natal, Pombal, onde nasceu em 1920, Furtado conservaria aquelas imagens de uma paisagem árida com os impactos cíclicos de seca. “As histórias dessas secas, nas quais entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens, povoam o meu espírito na primeira infância” (FURTADO, 1986:31). Além disso, as imagens do atraso (o misticismo religioso, o coronelismo) compõem o quadro, por vezes trágico, de uma infância que perdurará e que, ao permanecerem quase intactas, com ela mais uma vez se defrontará quando teve nas mãos, quase trinta anos depois, a missão de criar a SUDENE. Depois, na capital paraibana, local que viria a desempenhar alguma influência na sua formação, pois,

aos 8 anos, viveu de perto toda o impacto que causou a morte de João Pessoa, indivíduo que ele descreve como reunido, na percepção popular, as funções de “chefe político e milagreiro”. “Esses dados quiçá possam explicar a formação em meu espírito de certos elementos que considero como invariantes (...) Esses elementos se manifestam sob a forma de idéias-força, que enquadram o meu comportamento na ação e também minha atividade intelectual criadora (idem:32)”. Foi na capital paraibana que concluiu o ensino médio, no Lyceu Paraibano, mas não viria das salas-de-aula a influência decisiva sobre a sua formação. Como ele mesmo relata, essas influências viriam através de seu pai, um juiz franco-maçom:

“Graças a ele, desde minha infância li Swift, Defoe, R. L. Stevenson. E também graças a ele dis-

pus de uma ampla biblioteca, o que me permitiu cultivar minha primeira paixão intelectual, que foi a História. Talvez convenha acrescentar que minha segunda paixão intelectual foi a literatura. Nos meus sete anos de curso secundário, a nenhuma matéria me dediquei tanto tempo como ao latim (...) Já aos vinte anos me engajaria na função pública, seguindo a tradição familiar. Foi o contato com a função pública que me descortinou uma problemática nova e me encaminhou finalmente para o estudo dos problemas sociais.” (FURTADO, 1986:32-33)

Às paixões intelectuais Celso Furtado viria acrescentar as influências intelectuais de sua época, marcada profundamente pela Revolução de 30 e pelo amplo questionamento à oligarquia cafeeira. A primeira é o positivismo, que consolida no futuro economista o apego à razão e à idéia de progresso. A segun-

da é o marxismo, que é resultado do seu interesse pela História e a busca de encontrar-lhe um *sentido*. “Na sociedade estratificada e parada no tempo em que vivia, a idéia de que as formas sociais são *históricas*, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos. Essa idéia, ligada à do conhecimento como arma do progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. *Essa idéia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava sobre uma responsabilidade moral.*” (Id.- grifos nossos)<sup>4</sup>.

Esse espírito Celso Furtado conservaria e o empenharia em seu projeto mais ambicioso e de influência mais persistente, especialmente para o Nordeste: a criação da SUDENE. Em 1958, tendo voltado do pós-doutorado na Inglaterra, Furtado encontra o Brasil convulsionado pelos debates sobre desenvolvimento, construção de Brasília e sobre o Nordeste. Essa última questão transformava-se dia-a-dia numa questão relevante e preocupava cada vez o governo JK. Celso Furtado tinha renunciado ao cargo na CEPAL e assumira uma das diretorias do então Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), que, por exigência sua, cuidava exclusivamente do Nordeste, onde pode intervir no recém criado GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), formado por técnicos do banco e estrangeiros disponibilizados pela ONU. O GTDN era ligado diretamente à Presidência da República para assessorá-la tecnicamente e produzir um diagnóstico sobre os problemas da região, algo que pelas condições do grupo e ausência de uma visão de conjunto da região, segundo pensava Celso Furtado, não produziria nada de relevante no curto prazo. (FURTADO, 1989: 33-38)

Furtado passou a realizar um tra-

“  
**O nome de Celso Furtado fora indicado ao Presidente da República como especialista na emergente questão nordestina ...**  
”

balho paralelo ao do GTDN, recolhendo e organizando através do BNDE dados e estudos sobre o Nordeste. Furtado partia de uma visão crítica sobre as políticas de açudagem elaboradas e colocadas em práticas pelo DNOCS, a chamada “solução hidráulica”, que se resumia a produzir excedentes d’água numa região em que a incidência da evaporação é de mais de 90% do líquido acumulado. Uma importante contribuição que influenciou significativamente Celso Furtado foram os estudos sobre a ecologia da região produzidos pelo agrônomo José Guimarães Duque, além de estudos de hidrologia. No entanto, o mais importante, o que faltava a esses estudos, era relacionar a ecologia às estruturas econômicas e sociais da região, pois isso “permitiria perceber que o fenômeno da ‘seca’ é em grande parte devido a essas estruturas” (Ibid:39).

O nome de Celso Furtado fora indicado ao Presidente da República como especialista na emergente *questão nordestina* e ele fora convidado para fazer uma exposição sobre ela a JK. A primeira oportunidade, durante uma viagem de avião do Rio para o interior de Minas, não aconteceu. Em janeiro de 1959, JK convidou um grupo de pessoas envolvidas com o Nordeste, entre os

quais Celso Furtado, para uma reunião no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Era a grande oportunidade de, finalmente, colocar o Nordeste no rumo do desenvolvimento e iniciar a transformação daquela estrutura arcaica, há séculos sob o controle de oligarquias resistentes a qualquer proposta de modernização, porque sobreviviam no atraso e desejavam eternizá-los para manterem-se no domínio da situação. Furtado estava “decidido a jogar tudo por tudo”: “a idéia, que acariciara por tantos anos, de um dia contribuir de forma decisiva para ‘mudar o Nordeste’ iria esfumar-se ou plantar raízes em uns instantes mais” (Ibid:43).

Furtado foi o primeiro a falar. Chamou a atenção, em primeiro lugar, para o papel que as políticas destinadas ao Nordeste desempenharam até então na manutenção de estruturas econômicas e sociais cuja permanência inviabilizava o desenvolvimento da região, estando sua economia em desagregação e abrigando o maior contingente de miseráveis do ocidente. Por isso, defendia a implementação de uma política global de desenvolvimento para o Nordeste, que teria por base o aumento da oferta de alimentos para viabilizar o aumento do emprego urbano. Além disso, as prioridades do Estado deviam ser dirigidas não mais para financiar a produção açucareira e a construção de açudes, mas de implementar uma política de irrigação que aproveitasse a água acumulada na região; adaptar a agropecuária às condições ecológicas do Nordeste, priorizando a produção de alimentos “tanto no semi-árido como nas terras úmidas do litoral; priorizar a industrialização, “única forma de absorver a mão-de-obra atualmente subempregada” e “introduzir nas classes dirigentes locais empresários de espírito empreendedor, capazes de neutralizar a influência da oligarquia”. Esses eram desafios que deveriam ser enfrentados como desafios de uma



4 - A terceira influência na sua formação, Celso Furtado atribui à sociologia americana, principalmente através da obra *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, não em relação àquilo que é descrito no livro, ou seja, a interpretação da formação brasileira, mas como instrumental de trabalho.

geração, concluía Celso Furtado depois de uma exposição que durara trinta minutos. (Ibid.:43-44)

Furtado viria saber depois que suas palavras deixaram JK surpreso por revelarem um quadro que ele desconhecia por completo na sua complexidade e amplitude, especialmente porque a questão nordestina e a “disparidades regionais de condições de vida” representavam o principal obstáculo para o desenvolvimento brasileiro. Ao final da reunião, JK deu a seguinte orientação a um dos seus assessores: “Você fica incumbido de tomar todas as providências para lançar uma nova política que se chamará *Operação Nordeste*”. E a Celso Furtado: “Dr. Furtado, de quanto tempo o senhor necessita para pôr no papel tudo o que me disse aqui em forma de um esboço de plano de ação?” Celso Furtado pediu três semanas. JK convocaria em seguida os governadores nordestinos para expor-lhes as linhas gerais da política para o Nordeste que acabara de nascer naquela sala, e que teria a mesma prioridade que a construção de Brasília. E encerrou lacônico: “Pena que o senhor não haja aparecido aqui no começo do meu governo, mas ainda contamos com tempo para fazer alguma coisa e plantar para o futuro”. Nascia naquele momento a Operação Nordeste e Celso Furtado era, a partir de então, o seu comandante.

Nesse comando, o economista paraibano obteve vários apoios, o de Dom Helder Câmara e, mais importante pela influência que desfrutava na capital federal de então, o do jornal *Correio da Manhã*. Foi um dos seus jornalistas, Antonio Callado – enviado pelo jornal para fazer reportagens sobre o Nordeste, que vivia mais uma de suas secas, dentro do esquema de apoio montado a favor do projeto de Celso Furtado – quem cunhou uma expressão que se tornou popular para designar a forma perversa que assumira aquela estrutura arcaica no interior nordestino: *indústria da seca*.

Furtado teria adversários fortes.

“  
**O objetivo de Celso Furtado era encontrar uma alternativa econômica que cumprisse o papel de impulsor atribuído à produção canavieira-exportadora.**”

E foram exatamente os “industriais da seca” os que se opuseram mais renhidamente àquelas idéias que começavam a ganhar corpo. Eram eles que controlavam os órgãos federais nos estados. O novo órgão passaria ao largo dessas influências, sendo vinculado diretamente ao Gabinete do Presidente e dispondo de relativa autonomia para dirigir os programas e investimentos no Nordeste.

Em março de 1959, reunido com todos os governadores nordestinos, JK assinou o projeto-lei de criação da SUDENE e decretou a criação do CODENO, que iria substituir a SUDENE no decorrer da tramitação do projeto de sua criação. Na ocasião, Furtado expõe os fundamentos que orientarão as ações da SUDENE, expostos em um documento que viria a se tornar um clássico da literatura sobre desenvolvimento regional e exerceria profunda influência sobre uma geração inteira de planejadores: o relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”.

Na introdução, o documento enumera o que o Celso Furtado considerava os pontos centrais de sua análise, que orientarão as formas de intervenção na economia nordestina: 1) as disparidades entre os níveis de renda do Nordeste e do Centro-Sul; 2) o ritmo de crescimento diferenciado, favorável à região mais industrializada; 3) a inadequação

da política de desenvolvimento do país, que prejudicava fortemente a economia nordestina, agravada pela manutenção de uma estrutura econômica arcaica e pelas dificuldades ocasionadas pela ecologia da região; 4) além dos problemas com a utilização das divisas, em favor da região Centro-Sul, Furtado constatou uma transferência de capitais do setor privado nordestino para o Centro-Sul; 5) dependência da economia nordestina ao setor exportador de produtos básicos; 6) constata que se investe na região mais do que nela se arrecada; 7) e a regressividade do sistema tributário federal, que trata igualmente economias regionais com ritmos de crescimento tão diferenciados; 8) proposta de diversificação da produção interna, através da industrialização, que objetivava: a) oferecer emprego a uma massa, estimada (final dos anos 50) em pelo menos meio milhão de pessoas de subempregados; b) promover a ascensão de uma nova classe dirigente, comprometida com o “espírito de desenvolvimento”, ou seja, uma classe moderna, prioritariamente urbana, para se contrapor a velhas oligarquias que dominavam a política e o Estado na região; c) manter os capitais gerados na região; 9) ressalta a predominância da pecuária extensiva, a combinação do algodão com a produção de subsistência, o que gera dificuldades sociais para a população rural que habita o semi-árido nordestino; 10) a política de combate às secas que contribuía para manter na região um “excedente demográfico” sem perspectiva econômica, e, por fim, 11) diretrizes para mudar a estrutura da economia nordestina através a) do aumento de investimentos industriais, b) transformação da “faixa úmida” em zona produtora de alimentos para os centros urbanos industriais, c) transformação da zona semi-árida, objetivando o aumento da sua produtividade e torná-la mais resistente às secas, c) o deslocamento da fronteira nordestina rumo ao *hinterland* maranhense.

(GTDN, 1994)

O documento analisa o papel do Nordeste na economia brasileira e parte da diferenciação entre os níveis de desenvolvimento da região nordestina e o Centro-Sul, observando os dados quanto ao emprego no setor urbano e rural, a concentração fundiária, e a modernização da agricultura e capitalização da indústria. Será na própria estrutura da economia nordestina que Furtado enxergará a “verdadeira causa” do atraso do Nordeste, que se relaciona aos níveis de acumulação de capital e renda da população nos vários setores da economia. A tendência de desenvolvimento da economia do Nordeste, no período analisado (1948-1956), tem no setor externo, principalmente nas exportações para o Centro-Sul do país, o seu motor principal. No entanto, o crescimento das exportações para a região da indústria não acompanha o crescimento da renda desta, o que evidenciava o aumento nos níveis de disparidades econômicas entre as regiões.

Quanto ao setor público, o sistema tributário se apresenta como mais um elemento agravador das disparidades, na medida que não relaciona a tributação aos níveis de crescimento regional, tratando, igualmente, economias tão díspares, o que acaba por desfavorecer o Nordeste. Por outro lado, as transferências de recursos do Estado para a região são muito maiores que a sua arrecadação. No entanto, tais transferências se constituem de “subsídios ao consumo” da região, sem nenhuma aplicação que objetivasse aumentar a capacidade produtiva.

O objetivo de Celso Furtado era encontrar uma alternativa econômica que cumprisse o papel de impulsionador atribuído à produção canavieira-exportadora. Apesar de considerar a criação de novas linhas de exportação de produtos agrícolas, o documento chama a atenção para os limites dessa proposta: a elevada densidade demográfica do Nordeste

e a pouca quantidade de terras aráveis. A impossibilidade de estruturar o desenvolvimento do Nordeste sobre as exportações de produtos agrícolas, que aumentaria a renda da produção e pressionaria, naturalmente, para uma procura maior por alimentos, impõe a necessidade de buscar tal saída na diversificação da oferta e da produção.

O baixo índice de desenvolvimento industrial, verificado desde 1949 a 1956, um pouco acima do crescimento demográfico, ao passo que no Centro-Sul a industrialização crescia a passos largos, ocupando cada vez mais a força de trabalho urbana, vai evidenciando sintomas de uma crise regional que, para Celso Furtado (Furtado, 1983:115), tenderá a se constituir no “mais grave problema do nosso país nesta segunda metade do século XX”.

A importância do documento produzido por Celso Furtado, que orientou as ações do planejamento regional no Brasil após os anos 60, está inscrita em todas as discussões a respeito do Nordeste. É permanentemente ressaltado como um modelo para alcançar o desenvolvimento industrial e romper com o atraso “periférico”. A concepção de desenvolvimento do GTDN, expresso no seu plano de ação e no corpo de suas análises sobre as condições para o Nordeste alcançar um desenvolvimento auto-

sustentado, não se destinava apenas a governos como JK e Jango - governos democráticos -, mas foi apropriado, também, pelos militares, após o golpe de 64 e, talvez por isso, tenha encontrado mais facilidade em ser aplicado. Como chama a atenção Oliveira (1990), poucos textos parecem tão exitosos e derrotados ao mesmo tempo, pois o Nordeste alcançou a tão sonhada e distante – no final dos anos 50 – industrialização, mas possibilitou a metamorfose de parte das velhas oligarquias sem, no entanto, possibilitar às massas sertanejas a visão da prometida “terra de Canaã.”

A lei que criou a SUDENE foi aprovada no Congresso em 15 de dezembro de 1959 com o voto majoritariamente contrário da bancada nordestina, sob a liderança do senador paraibano Argemiro de Figueiredo, que exigia também o afastamento de Celso Furtado das suas funções de futuro dirigente da instituição. A mobilização no Nordeste e a disposição de JK tornaram Celso Furtado o primeiro superintendente da SUDENE, de onde se afastaria com a ascensão de Jânio Quadros, em 1961.

Celso Furtado voltaria ao governo depois para ser o primeiro ministro do planejamento brasileiro, atividade que ajudou a elaborar quando participou, representando a CEPAL na Comissão Mista BNDE-CEPAL, dos estudos que antecederam a criação do Plano de Metas no governo JK, também considerado o primeiro plano de desenvolvimento produzido no Brasil. Foi afastado, agora pela violência de um golpe militar. Em 1964, Furtado estava em Recife quando o governo Goulart foi deposto. Sobre a atitude de Celso Furtado, na ocasião de sua prisão na manhã de 1º de Abril, assim descreve Francisco de Oliveira:

“Tive a honra e o privilégio de trabalhar sob sua liderança e seu exemplo, professor Celso Furtado, beneficiando-me não apenas de sua competência mas, sobretudo, de seu raro sentido de homem públi-

“  
**A lei que criou a SUDENE foi aprovada no Congresso em 15 de dezembro de 1959 com o voto majoritariamente contrário da bancada nordestina...**”

co e republicano, num país onde as elites são plagadas pela peste do patrimonialismo mais nefasto. A criação da SUDENE, por si só, representou na verdade a chegada da modernidade ao Nordeste. Haveria um sem número de exemplos a que reportar-me no sentido da experiência vivida, que ajudou a formar gerações. Mas, contendo-me por que suas lições nunca foram movidas pela vaidade dos sepulcros caídos e dos falsos varões. Sua austera postura e seu pudor republicanos não se prestam a caricatos trejeitos heroizantes. Dou, pois, um único testemunho pessoal. Estava ao seu lado no dia em que

se consumou o golpe militar de 1964. Retirados do Palácio do governo de Pernambuco, onde tentávamos ajudar na resistência ao golpe, e em solidariedade ao governo legitimamente constituído, fomos intimados a nos apresentar no quartel general do IV exército em Recife. Ao entrarmos, a natureza do golpe confirmava-se: um corredor polonês de membros da oligarquia nordestina e de altas patentes militares, juntos numa orgia desembastada e frenética de vinganças e ódios de classe. No gabinete do então comandante daquele corpo de exército, assisti a uma cena e conversação inesquecíveis: o

general Justino Alves Bastos, desculpando-se, disse a Celso Furtado que gostaria de ter contado com sua cooperação no difícil transe - não foi esse o termo daquele obtuso soldado - da nova ordem, a que o exército fora "obrigado" pela desmoralização do governo Jango Goulart. E ouvi a resposta, sem bravatas, na tensa calma daquela tarde: -"Eu sou um servidor federal, general. O Exército assuma a responsabilidade pelo que fez, destituindo um governo legitimamente eleito. Não me peça para coonestar nem cooperar com isto, pois repugna aos meus princípios republicanos." (OLIVEIRA, 2000:5)

## Conclusão? Essa história ainda não terminou...

Nos vinte e um anos que se seguiram ao golpe militar, Celso Furtado, cassado e exilado, passa a dedicar-se exclusivamente à atividade acadêmica no exílio, onde atua como professor em universidades como Yale (EUA, 1964-65), Sorbonne (França, 1965-85), American University (EUA, 1972), Cambridge (Inglaterra, 1973-74), Columbia (EUA, 1976-77). Quando acaba o Regime Militar, Furtado assume a embaixada do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia (1985-86), e depois se torna Minis-

tro da Cultura do Governo Sarney (1986-88), sendo esta a sua última experiência administrativa.

Nos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI, Celso Furtado continuou observar o mundo e o Brasil com um olhar de quem viveu uma a vida intensamente e pode, como poucos, ver testadas a suas idéias, e, claro, aprender também com essas duras experiências que se impõem àqueles que, além de um espírito intelectual arrebatado, convivem com as realidades que se apresentam ao seu pensamento como desafiadoras, para serem

transformadas.

Celso Furtado viveu para ver a viragem definitiva, pelo menos em termos simbólicos, do Governo Lula para a direita e para uma adesão, sem tergiversações, às práticas e ao discurso neoliberais. A sua morte aconteceu alguns dias depois da demissão de Carlos Lessa da presidência do BNDES, ele um dos poucos e legítimos furtadinos do governo, numa instituição que Celso Furtado ajudou a erguer. Esse espírito de derrota talvez Celso Furtado tenha levado consigo.

## BIBLIOGRAFIA

A vitória pertencerá à nossa geração. E ela virá.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

\_\_\_\_\_. "Auto-retrato intelectual". In: OLIVEIRA, Francisco de. (coord.). *A Navegação Venturosa*. (in) *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983. (*Coleção Grandes Cientistas Sociais*)

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1974b.

\_\_\_\_\_. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. *Teoria e Política do desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste". In: *GTDN: Da Proposta à Realidade*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. (coord.). *A Navegação Venturosa*. (in) *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983. (*Coleção Grandes Cientistas Sociais*)

\_\_\_\_\_. *Um Republicano Exemplar*. São Paulo, Seminário sobre Novos Paradigmas De Desenvolvimento, 2000.

Disponível em: <http://www.vanzolini.org.br/seminariosusp2000/chicodeoliveira.pdf>

Acesso: 03 de março de 2005